



VÊMARIA COMERCIO



Razão Social: VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE

Fantasia: VÊMARIA COMERCIO

CNPJ: 14.682.896/0001-40 / I.E: 096/3455850

Telefone: (51) 3344-3230 / 9935-6890 - E-mail: vemariabrinquedos@gmail.com

END.: RUA ALBERTO SILVA Nº 835 LOJA 2 - PORTO ALEGRE - RS

CEP.: 91370-000

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro do Departamento de Compras e licitações do Município

Setor de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171695/13 PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2013

VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE ME, nome fantasia "**VEMARIA COMÉRCIO**", empresa privada no ramo de comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, estabelecida na Rua Alberto Silva nº 835, loja 02, bairro Vila Ipiranga, Porto Alegre – RS, CEP 91,370-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.682.896/0001-40, representada por sua sócia gerente, **VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada nesta Capital, vem, perante Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em razão da inconformidade da desclassificação pela falta da copia do DRE, nos termos que segue:

RAZÕES DO RECURSO

No dia 25 de setembro de 2013, foi realizada sessão pública de licitação, nos termos do Edital de Licitação, pregão presencial nº 073/2013, processo nº 171695/13, tipo menor preço, para aquisição de brinquedos pedagógicos.

Foi aberta a sessão pública e, após apresentação da documentação de credenciamento, foram abertos, pelo Senhor Pregoeiro, os envelopes de nº 01, e os demais, de proposta comercial das licitantes e, logo após, o pregoeiro informou a todos os presentes os valores das propostas apresentadas.

Durante as análises dos documentos o Sr Pregoeiro, entendeu por inabilitada a requerente em razão de ter juntado o balanço patrimonial sem a cópia da folha referente a DRE.

A requerente apresentou o balanço patrimonial conforme exigido pelo Edital, pois o edital não exige a apresentação do DRE, senão vejamos:

“ II – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **do último exercício social**, (não diz com o ultimo exército) impresso e assinado por contador responsável, já exigível e apresentado na forma da Lei, para comprovação da boa situação da empresa, com termo de abertura e encerramento devidamente registrados na forma da lei, no local, por lei, pertinente (Junta Comercial, etc.) através de:

a) carimbo; ou

b) prova de que a autenticação pela Junta Comercial foi realizada pelo Sistema Público de Autenticação digital (SPED) – Termo de Autenticação.

Observação: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Ia – A comprovação da boa situação financeira far-se-á com base nos indicadores a seguir relacionados;

LC = AC igual ou superior a 0,8

PC

LG = AC + ANC igual ou superior a 0,8

PC + PNC

SG = AR igual ou superior a 1,2

PC + PNC

Legenda:

LC = Liquidez Corrente

ANC = Ativo Não Circulante

AC = Ativo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

PC = Passivo Circulante

SG = Solvência Geral

LG = Liquidez Geral

AR = Ativo Real

Composição do Ativo Real - Ativo Total diminuído dos valores de duplicatas descontadas, despesas do exercício seguinte, empréstimo a coligadas/sócios/acionistas/diretores e Ativo Diferido.

Classificação final das empresas - As licitantes que apresentarem, no mínimo, dois dos três indicadores, iguais ou superiores aos estabelecidos neste item, obterão a classificação econômico-financeira, as demais serão inabilitadas.

Tendo em vista o que consta da Instrução Normativa da Receita Federal Brasileira nº 787/07, o SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) foi alterado, no sentido de permitir que o Balanço Patrimonial do exercício 2008, referente ao ano-calendário de 2007, fosse considerado válido até 30 de junho de 2010, e o Balanço de 2012, ano-calendário de 2011, seja considerado válido até 30 de junho de 2013, e assim sucessivamente, independente do tipo de constituição da pessoa jurídica, tudo como forma de garantir a isonomia entre os participantes de licitações e as contratações da Administração Pública Federal. Esse

procedimento, que foi adotado por alguns Estados da Federação, nos parece correto e será adotado também neste certame, decorrentes das modificações realizadas pela Instrução Normativa nº 787/07, da Receita Federal.

Justificativa dos índices adotados:

LC – Liquidez Corrente: Calculada a partir da razão entre os direitos a curto prazo da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No

Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante. A partir do resultado obtido podendo fazer a seguinte análise: Resultado da Liquidez Corrente: Maior que 0,8:

Resultado que demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações; Se igual a 0,8: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes; Se menor que 0,8: Não há disponibilidade

suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

LG - Liquidez Geral: Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial.

SG – Solvência Geral: Este índice mostra a capacidade de pagamento da empresa tomando como base o seu ativo total, "quanto maior melhor".

Pelos documentos juntados pela recorrente comprova-se sua liquidez e capacidade financeira.

Por outro lado, cumpre lembrar que o Decreto 6.204/2007 que regulamentou o tratamento diferenciado às pequenas empresa no âmbito da administração pública federal. O artigo 3º do referido diploma legal reza que:

Art. 3º Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

DO PEDIDO

Em face do exposto e tendo na devida conta que a recorrente poderia oferecer preços efetivamente menores e, por conseguinte, os mais vantajosos para a Administração cujo CRITÉRIO DE JULGAMENTO, de acordo com o que preceitua o Instrumento Convocatório, é o MENOR VALOR GLOBAL.

ao final, seja dado provimento ao recurso interposto, a fim de reformar a decisão do I. Pregoeiro para declarar a empresa, VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE ME classificada no certame.

Termos em que

Pede Deferimento

Vacaria, 25 de setembro de 2013.

Verônica Maria Ferreira de Albuquerque

Verônica Maria Ferreira de Albuquerque
(Proprietária)

Carteira de identidade: 8114750171

CPF: 367.974.198-75